



MEMORIAL RSC-PCCTAE

Pedido	7
Servidor	Sabrina Christello de Lima

Trajatória, atividades e experiências relacionadas ao RSC pleiteado

Atuo no serviço público federal desde 30/09/2011, quando ingressei no cargo de Contadora (PCCTAE - Nível E) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Canoas, com formação Bacharel em Ciências Contábeis (2007) e registro no Conselho Regional de Contabilidade do RS (CRC/RS).

As atividades de servidores ocupantes do cargo de Contador no âmbito das Instituições Federais de Ensino costumam abranger, de forma geral, o registro e acompanhamento da execução orçamentária e financeira, como as etapas da despesa (empenho, liquidação e pagamento), a conciliação de saldos patrimoniais, bem como a análise de retenções de tributos, zelando pelo atendimento à legislação e pelo cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), especialmente àquelas relacionadas ao Setor Público (NBC TSP).

Além das atividades usualmente exercidas pelo servidor ocupante desse cargo, durante o período em que atuei no IFRS também fui designada como responsável pela conformidade contábil do Campus Canoas (Portaria IFRS Canoas nº 56/2012). Essa atribuição é prerrogativa do contador formalmente designado para responder tecnicamente pela conformidade contábil da unidade perante órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União (CGU) ou o Tribunal de Contas da União (TCU), prestar informações ao fisco (Receita Federal e Prefeituras) e ao Conselho Federal Contabilidade (CFC).

Em 2012, obtive diploma de Pós-Graduação em Gestão Pública (2012) em nível de especialização (lato sensu), o que permitiu aprofundar conhecimentos na área pública e desenvolver meus estudos sobre a contabilidade na Administração Pública Federal.

Devido à escassez de pessoal enfrentada pela Instituição, no período em que atuei no IFRS Campus Canoas desenvolvi diversas atividades que vão além da escrituração contábil e fiscal. Presidi as comissões responsáveis pelos inventários de bens móveis e almoxarifado (Portarias IFRS Canoas nº 117/2011, 118/2011 e 123/2012), fui designada para comissões de recebimento de bens (Portarias IFRS Canoas nº 007 e 008/2023) e para comissões relacionadas a licitações e pregões (Portaria IFRS Reitoria nº 98/2012 e Portarias IFRS Canoas nº 153/2012, 21/2012 e 117/2012). Ainda, atuei em comissões responsáveis pela gestão de contratos de obras e instalações, especificamente no que diz respeito à análise da documentação apresentada pelas empresas (Portarias IFRS Canoas nº 137/2012, 02/2013, 03/2013 e 04/2013).

A realização de atividades diferenciadas de meu cargo possibilitou ampliar densamente meus conhecimentos. No que diz respeito às licitações, passei a compreender o processo de aquisição como um todo, envolvendo etapas anteriores ao efetivo registro contábil dos pagamentos, como a licitação propriamente dita e os contratos administrativos. Em relação aos bens móveis e almoxarifado, adquiri conhecimentos sobre os controles internos aplicáveis e pude elaborar relatórios finais das comissões com proposições de ajustes/melhorias à Instituição.

As portarias que me designaram para as atividades mencionadas tiveram efeito até 29/04/2013, pois a partir de 30/04/2013 fui redistribuída para a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (Proc. 23116.007024/2012-30, Portaria nº 664/2013), sendo lotada na Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) – Diretoria de Administração Financeira e Contábil (DAFC), na qual permaneço exercendo minhas atividades.

Já em meu primeiro ano de atuação na FURG, fui designada para a comissão de inventário do almoxarifado (Portaria FURG nº 3087/2013). Como havia participado desse mesmo tipo de comissão no IFRS, os conhecimentos anteriormente adquiridos foram úteis para gerar contribuições no processo de levantamento realizado no âmbito da FURG.



MEMORIAL RSC-PCCTAE

Na PROPLAD/DAFC, inicialmente trabalhei no registro da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV, atualmente denominado TransfereGov), analisando processos de pagamento de notas fiscais de bens, serviços, faturas, bolsas/ auxílios estudantis, ressarcimentos de despesas, entre outros. Devido aos conhecimentos adquiridos sobre licitações e contratos, pude realizar uma análise mais profunda dos documentos encaminhados para pagamento e, em alguns casos, evitar prejuízos à Instituição em virtude da identificação prévia de valores cobrados em divergência com o instrumento contratual.

A atuação nos referidos sistemas estruturantes na liquidação da despesa exige conhecimento técnico qualificado em sua operação, uma vez que as informações neles registradas geram impacto direto na regularidade fiscal e orçamentária da Instituição. Por exemplo, podem ocorrer multas por atraso no recolhimento de tributos ou perda de crédito orçamentário devido ao cancelamento de liquidação de empenhos inscritos em restos a pagar. Ainda, devido à consolidação das contas nacionais, registros locais refletem no Balanço Geral da União, o que pode gerar necessidade de contato com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do Ministério da Educação (MEC) para solução de determinados problemas.

Cabe mencionar que, como resultado da atuação de cada servidor da DAFC, a SPO/MEC conferiu premiação à FURG durante o IX Encontro de Encerramento do Exercício das Universidades vinculadas ao MEC, realizado em Brasília no ano de 2014, em reconhecimento pela atuação e empenho de sua Setorial Contábil de Órgão (DAFC) na condução dos procedimentos de Auditoria Automática e de Conformidade Contábil executados no SIAFI, com redução de ocorrências restritivas no exercício de 2014, em atendimento às orientações emanadas pela Subsecretaria. A notícia foi divulgada no site da FURG (<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-24708>) e no Boletim RH Informativo nº 305/2014, publicado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Na época, a diretora da DAFC registrou no verso do documento uma dedicatória a cada servidor por sua contribuição nessa conquista.

Desde 2015, atuo na liquidação da folha de pagamento no SIAFI, atividade de alta complexidade que exige conhecimento técnico, dedicação e responsabilidade, pois é necessário organizar as informações encaminhadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, realizar fechamento prévio para verificação de inconsistências, atribuir valores para cada empenho de despesa, registrar os tributos a recolher e os montantes que devem ser pagos a cada um dos bancos envolvidos. Lida-se com valores expressivos e, quando identificadas divergências no registro, a setorial contábil do MEC entra em contato com urgência para solicitar ajustes. Registram-se, ainda, provisões diversas para atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A partir de 2016, passei a atuar na prestação de contas de Convênios de Receita e de Descentralizações de Crédito Orçamentário (incluindo TEDs – Termos de Execução Descentralizada). A atividade exige capacidade técnica para extração de dados orçamentários e financeiros e para registro de ajustes contábeis de fechamento, bem como responsabilidade para atendimento aos prazos de envio de prestações de contas, uma vez que eventuais atrasos geram obstáculo ao envio de novos créditos orçamentários para a FURG, e a falta de comprovação de determinadas despesas pode ensejar solicitação de devolução de recursos, gerando prejuízo financeiro à Instituição.

Nessa atividade, utilizo sistemas estruturantes que integram e padronizam a informação dos TEDs no âmbito da Administração Pública Federal. Para acompanhamento dos TEDs, extraio relatórios de execução orçamentária no sistema Tesouro Gerencial. A documentação formalizada dos TEDs é extraída nos sistemas TransfereGov e SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle). O SIMEC também é utilizado para registro da prestação de contas dos TEDs nele formalizados e para acompanhamento das diligências emitidas pelos analistas dos órgãos responsáveis pelo crédito descentralizado.

Ainda no ano de 2016, ingressei no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), na primeira turma ofertada pela FURG e, em 2018, atingi o título de Mestre em Administração Pública. Esse mestrado é estratégico para a Administração Pública e tem relevância institucional, pois conecta o conhecimento científico aos desafios reais da gestão



MEMORIAL RSC-PCCTAE

governamental. Busca, ainda, promover a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados.

Na área acadêmica, desenvolvi pesquisas com foco na assimetria de informação das compras públicas e na Teoria Econômica de Contratos. Em 2017, apresentei o trabalho intitulado “*A assimetria de informação nas compras públicas: uma análise sob a ótica da Teoria Econômica de Contratos*” na 16ª Mostra de Produção Universitária (MPU) da FURG. Na sequência, levantei informações específicas sobre obras públicas, que oportunizaram o desenvolvimento de outros estudos, resultando na inclusão do trabalho “*Fatores determinantes à conclusão de obras públicas: um estudo de caso Bayesiano com Integrated Nested Laplace Approximation - INLA*” nos anais do Encontro de Economia da Região Sul (ANPEC XXII) em 2019 e, posteriormente, na publicação do artigo “*Fatores relacionados à conclusão de obras públicas em uma instituição federal brasileira: um estudo de caso via características ex ante de empresas contratadas e do perfil do contrato proposto*” na Revista do Serviço Público (RSP) no ano de 2022. A ideia de identificar fatores relacionados à conclusão ou não de obras pública parte do objetivo de buscar elementos que oportunizem à Instituição a definição de estratégias de contratação mais seguras, que reduzam prejuízos financeiros e/ou evitem empecilhos ao cumprimento de sua missão institucional.

Em 2019, fui designada como uma das avaliadoras em processo de seleção de estagiário para atuar na DAFC – Coordenação de Contabilidade. Durante o processo foram realizadas entrevistas com os candidatos, bem como a análise de seus históricos escolares. O edital e a declaração do diretor da DAFC constam como anexo ao presente requerimento. Devido à Portaria ME nº 232/2020, foi estabelecida a obrigatoriedade do novo Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) no âmbito da Administração Pública Federal. Esse sistema estruturante é responsável pelo gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos. Para atendimento à legislação, a FURG emitiu a Portaria nº 2.045/2021, que instituiu a comissão responsável pela implantação do sistema no âmbito da Universidade. Foram designados servidores das unidades envolvidas, dentre os quais participei como uma das representantes da DAFC.

A partir do ano de 2022, a Receita Federal passou a exigir o envio de informações pelos órgãos públicos através da EFD-Reinf e da DCTFWeb, que fazem parte do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Em virtude da complexidade envolvida, essa mudança gerou grande impacto nas atividades realizadas pela DAFC, pois, além da escrituração contábil já registrada no SIAFI, passou a ser necessária a escrituração fiscal junto à Receita Federal. Em caso de não apresentação dessas declarações no prazo estabelecido, ou de apresentação com incorreções ou omissões, a Instituição poderá ser intimada a prestar esclarecimentos à Receita Federal, ficando, ainda, sujeita ao pagamento de multas. Com o objetivo de mitigar os riscos de passivos tributários à FURG, participei de capacitações sobre o assunto e trabalhei na implantação dessa nova sistemática na DAFC. Desde então, atuo na análise e escrituração fiscal dos tributos administrados pela Receita Federal, fato que exigiu o desenvolvimento de novos saberes, inovação e implicou na ampliação das responsabilidades a mim atribuídas.

Devido à falta de pessoal e à existência de vagas para o cargo de técnico em contabilidade no quadro de servidores da FURG, em 2022 foi composta banca examinadora de concurso público, responsável pela elaboração da prova e da avaliação de títulos, na qual fui designada presidente (Portaria FURG nº 21/2022). O trabalho desenvolvido pela banca resultou no ingresso de três novas servidoras na Instituição.

No ano seguinte (2023), surgiu a obrigatoriedade de implantação do sistema SEI na FURG e, tendo em vista a grande quantidade e diversidade de processos eletrônicos que chegariam à DAFC, realizei curso de capacitação sobre o assunto e atuei em conjunto com a coordenação e a diretoria nessa atividade, momento em que foram buscados modelos e boas práticas junto a outras Instituições usuárias do sistema.

Em 2026, foi instituída comissão específica para proposição de nova estrutura organizacional para a PROPLAD (Portaria nº 1451/2026), na qual faço parte como representante da DAFC. Essa reestruturação é fundamental à DAFC, devido ao grande crescimento das atividades realizadas na diretoria nos últimos anos. Nesse ponto, o conhecimento sobre as atividades desenvolvidas e sobre os fluxos dos processos torna-se ferramenta importante para proposição de uma



MEMORIAL RSC-PCCTAE

estrutura funcional para a Pró-Reitoria.

Atualmente, exerço as seguintes atividades: prestação de contas de Convênios de Receita e de Descentralizações de Crédito Orçamentário (incluindo Termos de Execução Descentralizada); análise e escrituração fiscal de tributos administrados pela Receita Federal; análise e escrituração fiscal do ISS relativo aos quatro municípios no qual a FURG apresenta campus; e liquidação da folha de pagamento e registros relacionados. Todas essas atividades exigem alto grau de responsabilidade, devido aos prejuízos que eventuais falhas ou atrasos podem acarretar à Instituição.

Durante minha trajetória, sempre estive disposta a assumir a execução de novas atividades, o que evidencia a assunção de compromissos que demandam cada vez mais responsabilidades. Ainda, com o objetivo de qualificar minha atuação como servidora, realizo cursos e participo de eventos para ampliar, aprimorar e atualizar meus conhecimentos. Muitos eventos e cursos de capacitação que realizei se referem à formação continuada, visto que existe necessidade de constante atualização para atendimento à legislação e às exigências impostas pela Administração Pública Federal, por órgãos de controle e por entes fiscais. Outras capacitações em idiomas, no entanto, têm por objetivo desenvolver competências linguístico-comunicativas, o que oportuniza maior acesso a materiais teóricos em outros idiomas, como as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) e os artigos científicos relacionados à minha produção acadêmica, assim como o desenvolvimento de habilidades cognitivas e culturais. Considerando que a construção de conhecimentos e sua aplicação prática são de grande relevância por prevenir prejuízos financeiros e por promover a prestação de serviços públicos com maior qualidade, protocolo a este requerimento os certificados dos eventos nos quais participei e dos cursos, formações e capacitações realizados durante minha vida funcional.

Com base no presente memorial descritivo e na documentação comprobatória anexada a este requerimento, entendo que a trajetória profissional aqui relatada reflete o propósito do Decreto nº 13.048/2026, demonstrando saberes e competências diferenciados, tanto pela ampliação de conhecimentos e de responsabilidades assumidas ao longo de minha trajetória, quanto pela existência de sinergia entre a produção técnico-científica e a prática administrativa, o que transcende a execução de atividades básicas inerentes ao cargo. Observa-se, ainda, inovação pela constante atualização e esforços despendidos na operação e implementação de sistemas e processos complexos. Assim, venho por meio deste solicitar o deferimento de meu requerimento ao RSC-PCCTAE VI e, se necessário, coloco-me à disposição para esclarecimentos e complementação da documentação apresentada.